



## RESENHA

### RELAÇÕES INTERNACIONAIS, REGIMES ALIMENTARES, QUESTÕES AGRÁRIAS

**IALE KARINE PEREIRA SILVA<sup>1</sup>**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

E-mail: ialepereira@gmail.com

O modo como o desenvolvimento capitalista na agricultura vem contaminando a terra e as pessoas vem ganhando cada vez mais centralidade nas novas discussões do século XXI. Ao monopolizar e desenvolver um complexo mecanismo de organização da agricultura, o capitalismo criou o agronegócio como forma de controlar a produção de alimentos no mundo, associando-se de forma cada vez mais intensiva ao uso de agrotóxicos e, conseqüentemente, aos problemas de saúde da população, geralmente persuadida a ingerir alimentos sem questionar sua procedência. Philip McMichael, através do livro Regimes Alimentares e Questões Agrárias, discorre sobre as relações existentes entre a questão da produção agrícola e os problemas alimentares do mundo, analisando o desenvolvimento do capitalismo na agricultura através dos conceitos de regimes alimentares e colocando a alimentação humana no centro das discussões. No decorrer do livro, o autor explora o processo histórico dos regimes alimentares capitalistas, evidenciando como o controle da produção e da distribuição de alimentos em escala mundial foi determinado pelos atores político-econômicos dominantes de modo a garantir o processo de acumulação de insumos industrializados. Paralelamente, também é realizada uma leitura dessa dinâmica em diferentes regiões do mundo.

Os três primeiros capítulos iniciam o diálogo sobre o projeto de regime alimentar e suas formas históricas, que vêm associando as relações internacionais de produção e consumo de alimentos às formas de acumulação, não tratando apenas do alimento em si, mas também da política das relações alimentares. Esse regime vem assumindo perfis históricos diferentes, na medida em que a reprodução do sistema político-ideológico

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do FomeRI (Grupo de Pesquisa sobre Fome e Relações Internacionais da UFPB).

vigente depende da oferta de insumos necessários a reprodução econômica de sua força de trabalho, convertendo a agricultura em uma atividade econômica e barateando o acesso aos alimentos. O colapso de um regime se dá com a transição para uma nova dinâmica econômica mundial, modificando as regras e consequências da mercantilização agrícola em um novo ciclo de expansão de diferentes limites.

O primeiro regime tem início na Grã-Bretanha dos anos 1870 e finaliza-se na década de 1930. Sua dinâmica se realizava através da combinação de produtos tropicais provenientes das colônias com a exportação de grãos básicos e pecuária pelas metrópoles, assim a Grã-Bretanha conseguiu terceirizar sua produção de *commodities* explorando o solo virgem do Novo Mundo. Não somente as terras coloniais, como também as apropriações de mão-de-obra, foram essenciais para consolidar as fronteiras de acumulação e lucratividade do regime alimentar imperial britânico. O exemplo do plantio da cana-de-açúcar demonstra como a maturação desse ciclo foi capaz de transformar o que antes era um artigo de luxo em insumo universal, utilizado como combustível calórico para sustentar a mão-de-obra fabril da era industrial emergente. A crise desse regime se deu com a exaustão das fronteiras agrícolas e com a depressão econômica geral do período de entreguerras, seguido pelo advento da Segunda Guerra Mundial. O fim do regime resultou na transição para uma nova forma de acumulação intensiva centrada na agroindustrialização norte-americana, com uma agricultura de exportação centrada nos cinturões agrícolas.

O segundo regime alimentar, centrado nos Estados Unidos durante as décadas de 1950 a 1970, iniciou-se com a reconstrução da agricultura norte-americana no período pós-guerra, que conciliava programas nacionais de agricultura intensiva em capital, baseada na especialização em *commodities*, ao direcionamento dos fluxos excedentes de alimentos subsidiados dos EUA para os Estados pós-coloniais. As campanhas da ONU contra a fome e pobreza dos países subdesenvolvidos também tiveram seu papel em fortalecer esse regime. Destarte, sustentados por discursos contra o colonialismo e comunismo, os EUA apropriaram-se de crises humanitárias para fortalecer seus objetivos políticos: os novos Estados independentes acabaram por internalizar o modelo norte-americano de agroindustrialização, adotando as tecnologias da Revolução Verde e buscando frear a inquietação dos camponeses a partir da reforma agrária, estendendo

por meio desta as relações de mercado ao campo. Contudo, em 1972 uma nova crise inflacionária alimentar se estendeu após a abertura do bloco soviético aos grãos norte-americanos, resultando em uma crise geral de acumulação e dando relevância a novos debates sobre a preocupação com a fome mundial. Essa crise alimentar ajudou a separar questões de ajuda alimentar pública e humanitária, das relações preferenciais de mercado, abrindo caminho para novas discussões sobre “segurança alimentar”.

Já o terceiro, o chamado “regime alimentar corporativo”, iniciado na década de 1980, vem aprofundando o processo do regime anterior, comprometendo o ideal de agriculturas nacionais e pavimentando um caminho de regime alimentar cada vez mais transnacional e corporativo. Esse novo regime refletiu o momento do projeto de globalização neoliberal da história política do capital, projetando uma hegemonia corporativa sustentada por finanças internacionais e regras multilaterais. O regime alimentar corporativo, por meio do cultivo especializado, produz alimentos de baixo custo e essa produção depende de uma divisão internacional de trabalho agrícola entre norte e sul global, coordenadas por cadeias corporativas com relações comerciais regidas por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e protocolos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Obtendo proteções à propriedade intelectual e do agronegócio subsidiado e centralizado, o modelo agroexportador criou um fenômeno de agricultura que demanda a padronização da qualidade dos produtos de comércio mundial. Conseqüentemente, os pequenos agricultores, principalmente aqueles provenientes do hemisfério sul, incapazes de atender aos requisitos de certificação ou competir com fluxos de grãos a baixo preço, enfrentam políticas que favorecem o regime corporativo às custas de suas terras, aprofundando padrões históricos de expropriação e exacerbando a fome mundial. Além disso, o *dumping* praticado pelo hemisfério norte foi intensificado a partir das regras de liberalização da OMC, desapossando agricultores julgados como “ineficientes” e destruindo aqueles incapazes de competir com o poder de mercado subsidiado ou monopolizado, estimulando um movimento global de trabalhadores sem-terra. Esses movimentos alertam para o agravamento da crise da agricultura industrial. É essa contradição, subsistente em torno das tensões entre o modelo agroexportador, de alimentos padronizados, e dos sistemas alimentares bioregionais, de orientação para o

mercado local, que definem o regime alimentar corporativo.

O quarto capítulo do livro vem na tentativa de qualificar a questão agrária ao tema dos regimes alimentares, situando as questões das transformações de classe no campo e de capitalização da terra em um contexto histórico-mundial, examinado pelas lentes do regime alimentar. O conceito de “questão agrária do alimento” reflete a luta do movimento de soberania alimentar em desnaturalizar a “segurança alimentar” baseada no mercado e incorporar as relações alimentares às práticas ecológicas em nível global. A soberania alimentar vem atuar contra o modelo de capital no qual a agroindustrialização cristaliza o processo de degradação socioecológica, defendendo a necessidade cada vez maior do papel restaurador da agroecologia neste momento de profunda vulnerabilidade ambiental, transformando nosso modo de pensar sobre as possibilidades de um futuro socioecológico sustentável. Ademais, é importante destacar que este não é um movimento restrito ao campesinato e à questão alimentar, mas sim de reivindicações mais amplas, de caráter civilizacional, precipitadas pelas consequências do regime alimentar corporativo. Sendo assim, a crise contemporânea do capitalismo nos coloca em posição de procurar perceber a visão de pequenos agricultores, camponeses, gente da terra, compreendendo a condição agrária em relação à estrutura social geral da acumulação de capital e assim buscar trajetórias alternativas e progressivas.

Portanto, na primeira metade do livro McMichael demonstra de forma sublime como cada um dos períodos históricos de regime alimentar global foi capaz de transferir elementos do regime anterior para o sucessor de modo reformulado, acarretando uma subordinação crescente das nações aos mercados e da mercantilização do abastecimento alimentar. Embora cada regime alimentar tenha sua própria dinâmica e papel em apoiar a nação hegemônica, seu traço unificador é a contribuição do comércio agrícola para acumulação do capital por meio da estruturação do sistema estatal, definindo o acesso a eles e intensificando as relações de poder. Atualmente, o movimento de soberania alimentar vem lutando para reduzir a crise agrária dos sistemas alimentares mercantilistas em nome do controle democrático da terra, buscando realocar esses sistemas como questão de sobrevivência socioecológica em uma era pós-agricultura industrial.

O quinto capítulo, por sua vez, retoma a discussão do projeto de regime alimentar de forma mais ampla, identificando as interações e contradições de sua história política com outras regiões do globo ao longo do tempo. O autor constrói um paralelo dos três ciclos do regime e suas transições, com suas repercussões na região do Leste Asiático, latino-americana e Oriente Médio, ilustrando de maneira mais específica como processos locais, nacionais, regionais e globais são regidos pela dinâmica contraditória dos regimes. Aliado a isso, embora o projeto do regime alimentar originalmente faça alusão predominante ao esboço das inter-relações entre o sistema estatal e às rotas internacionais de alimentos, o autor nos mostra como ele está claramente gerando novas relações e dimensões emergentes a respeito de questões de gênero, raça, mão-de-obra, assim como debates acerca de temas ecológicos e nutricionais. A crescente presença do capital financeiro no regime alimentar, pela entrada de investidores no negócio de alimentos e incorporação de cálculos estritamente financeiros nas operações de corporações alimentícias, também vem gerando tensões em torno das relações alimentares, na medida em que vem concebendo o alimento como qualquer outra mercadoria financiável.

O capítulo seguinte traz a discussão sobre os episódios de crise e reestruturação da dinâmica de acumulação das estruturas regulatórias que organizam as relações de produção dos regimes alimentares. Cada regime estabelece sua forma própria de acumulação, e estas condicionam as relações geopolíticas e institucionais da produção alimentar de cada regime. A crise de acumulação do atual regime vem refletindo a erosão de longo prazo do aspecto estrutural do capitalismo neoliberal e de suas condições de produção, com a ausência de uma ordem monetária internacional estável, em que o capital enfatiza a circulação em detrimento da produção. Esse movimento mostra-se como consequência da perda de força das nações do Norte no controle do regime alimentar por causa do desafio do G-20 às regras da OMC, da proliferação da agroexportação nos países do Sul, e também porque alguns Estados estão ignorando o multilateralismo da OMC, se apoderando diretamente dos suprimentos agrícolas. Outra questão que vem gerando um movimento de formas paraestatais e privadas de governança é a apropriação de terras, tanto material quanto ideológica, na medida em que o regime alimentar incorpora uma visão de modernização agrícola, intensificação da produção de alimentos e força a incorporação do pequeno agricultor nas cadeias de

valor. Apesar das regras da OMC continuarem a institucionalizar um “regime alimentar barato”, ao institucionalizar o *dumping* realizado pelas nações do Norte, o autor atenta para as novas tendências institucionais que vêm surgindo e reestruturando o arcabouço do regime alimentar corporativo.

Por fim, o último capítulo vem explorar o regime alimentar e suas relações de valor, ressaltando a importância da agricultura como fonte de matérias-primas da qual o poder estatal, a indústria e sua força de trabalho dependem. No fim do século passado a crise agrária provocou uma mobilização internacional que denunciou as relações de poder intrínsecas ao regime corporativo, desnaturalizando o mercado neoliberal. Com isso o movimento de soberania alimentar evoluiu e se ampliou, passando a abranger uma gama de práticas, desenvolvendo relações de valor que dão suporte positivo a relações sociais e ecológicas de reprodução dos regimes alimentares, contrapondo-se às tendências valorativas de sub-reprodução capitalista. Esse projeto possibilita a autodeterminação dos atores em um momento de crise das condições de acumulação de capital, além de evidenciar os valores antiéticos da valorização do capital a qualquer custo. Portanto, na conclusão de sua obra, McMichael defende que o movimento de soberania alimentar politiza a submissão das relações de valor do regime alimentar, abrindo a possibilidade para a construção de valores alternativos, em virtude de sua experiência de valor de troca.

Não obstante, o livro cumpre a tarefa de contribuir para o entendimento da dinâmica do mundo agrário, que fora profundamente transformado pelo processo contemporâneo de globalização econômica neoliberal. McMichael apresenta uma explanação categórica das dimensões geopolíticas e econômicas da nossa alimentação, nos permitindo compreender como surgiu o regime alimentar da atualidade e como estes são colocados a serviço dos círculos financeiros e transnacionais das *commodities*. Assim, a partir das lentes do regime alimentar, a obra denuncia como a alimentação foge do controle dos consumidores e agricultores, sendo determinados por projetos amplos de acumulação do capital, apresentando as propostas da soberania alimentar de base agroecológica como proposta mais apta a nos fornecer opções sociais e ambientais mais sustentáveis de alimentação.

## **Referência**

MCMICHAEL, Philip (2016). *Regimes Alimentares e Questões Agrárias*. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp.